



## Plenário avalia hoje inclusão de 13 municípios no Entorno do DF

Pauta desta semana tem ainda acordos assinados com a China, sobre aduana, e com a Suíça, sobre tributos, além de projeto sobre a divulgação na internet das tarifas de concessionárias de serviços

Os senadores analisam a inclusão de 13 novos municípios (11 goianos e 2 mineiros) na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride-DF).

Criada em 1998, a região hoje é composta por 22 municípios. O projeto baseia-se no argumento de que existe um conjunto de municípios limítrofes a essa região que apresentam uma forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Também deve ser analisado pelos senadores projeto que obriga concessionárias de serviços de gás,

água, telefonia e energia elétrica a divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. O objetivo é permitir o acompanhamento dos aumentos e a comparação entre os preços cobrados por fornecedores dos mesmos serviços.

Os outros itens da pauta tratam de acordos internacionais, como os assinados com a China, de assistência mútua administrativa em matéria aduaneira, e com a Suíça, para o intercâmbio de informações sobre questões tributárias. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado - 21/3/2018

Plenário deve votar a inclusão de mais 11 municípios goianos e 2 mineiros na região integrada do Distrito Federal

José Antonio Teixeira



Embalagens dos cigarros deverão manter advertências sobre riscos do fumo

### Comissão analisa projeto que amplia medidas antitabagismo

Proposta que amplia as medidas de combate ao tabagismo está na pauta de hoje da Comissão de Transparência. O texto proíbe totalmente a publicidade que promova produtos fumígenos, inclusive no local de venda, e a importação ou a comercialização de cigarros ou fumos que contêm aroma ou sabor. O projeto também veda a venda de cigarros e de outros produtos fumígenos por meio de máquinas automáticas e pune o motorista que fumar em veículo que esteja transportando criança. **3**

Proposta que amplia as medidas de combate ao tabagismo está na pauta de hoje da Comissão de Transparência. O texto proíbe totalmente a publicidade que promova produtos fumígenos, inclusive no local de venda, e a importação ou a comercialização de cigarros ou fumos que contêm aroma ou sabor. O projeto também veda a venda de cigarros e de outros produtos fumígenos por meio de máquinas automáticas e pune o motorista que fumar em veículo que esteja transportando criança. **3**

### e-Cidadania tem debate sobre cursos de humanas **2**

### Contrato com organização social deve ter nova regra **3**

### Senadores reúnem-se com lideranças da Coreia do Norte **2**

### Controle externo e criação de cargos estão na pauta do Congresso

O Congresso deve se reunir hoje, às 17h, para analisar um projeto sobre controle externo da administração pública e três propostas orçamentárias que abrem créditos e possibilitam a criação de cargos no Executivo. **2**

### Empresa poderá ter que inscrever estagiários na Previdência

As empresas poderão ser obrigadas a inscrever seus estagiários na Previdência Social, no regime especial de contribuições e benefícios. É o que determina projeto a ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais. **4**

### Proposta que prioriza obra inacabada de saneamento deve ser votada hoje

A Comissão de Transparência analisa hoje projeto da senadora Rose de Freitas para reduzir o número de obras de saneamento básico inacabadas. O objetivo é distribuir

recursos preferencialmente a obras em andamento cuja execução já tiver ultrapassado 70% do orçamento. A relatora, Simone Tebet, é favorável à proposta. **4**

### MP sobre fundo de compensação ambiental chega ao Senado

A medida provisória que autoriza a criação de um fundo destinado ao financiamento de unidades de conservação ambiental foi lida no Plenário do Senado na segunda-feira e pode entrar na ordem do dia de

hoje, pois tramita em regime de urgência. A MP autoriza o Instituto Chico Mendes a selecionar um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Estação Ecológica de Águas Emendadas, no DF: unidades de conservação terão recursos de compensação ambiental



# Congresso analisa controle externo e cargos públicos

Em sessão conjunta marcada para hoje, parlamentares devem avaliar projeto sobre fiscalização da administração pública e propostas orçamentárias que abrem créditos extras e cargos para o Executivo

O CONGRESSO NACIONAL tem sessão marcada para hoje, às 17h. Na pauta, estão o Projeto de Resolução do Congresso (PRN) 3/2017 e três propostas orçamentárias.

O projeto de resolução institui a Jornada Nacional de Controle Externo, a ser realizada a cada dois anos, para promover o debate e a uniformização de entendimentos e jurisprudência sobre questões relacionadas ao controle externo da administração pública, mediante a publicação de enunciados técnico-jurídicos não vinculantes. A proposta é do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e tem como relator o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Pelo texto, qualquer pessoa poderá apresentar proposta de enunciado. Se for aceita, passará por discussão e votação nas comissões temáticas e na sessão plenária da jornada. Os enunciados poderão versar sobre legislação e atos de pessoal, licitações e contratos, convênios e instrumentos congêneres. Temas como transparência, execução orçamentária, concessões e parcerias público-privadas, obras, empresas estatais e desestatização também serão aceitos.

Da discussão dos enunciados, poderão participar parlamentares, consultores legislativos, membros dos tribunais de Contas e dos ministérios públicos de Contas, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),



Senadores e deputados devem voltar a se reunir hoje em sessão conjunta

professores, doutrinadores, especialistas e qualquer pessoa cuja proposta de enunciado tenha sido aceita para discussão.

## Lei Orçamentária

Na mesma sessão, o Congresso vai analisar o projeto que modifica a Lei Orçamentária Anual (LOA — Lei 13.587, de 2018) para prever a criação de 231 cargos e funções (PLN 6/2018). Do total, 67 referem-se à composição do gabinete da intervenção federal no Rio de Janeiro. Os 164 restantes são cargos em comissão destinados a atividades de direção e assessoramento na área de segurança pública e ao atendimento de outras demandas prioritárias do Executivo federal.

Segundo o governo, o impacto orçamentário será reduzido com o aproveitamento de cargos e funções vagos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Conforme determinação

constitucional, a alteração de salários e a criação de cargos só podem ser feitas por lei. Assim, como forma de complementar a proposta que prevê os novos 231 cargos e funções na lei orçamentária, o governo enviou outro projeto (PLN 7/2018) com ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.473, de 2017).

O Congresso também vai avaliar projeto que abre crédito suplementar de R\$ 1,16 bilhão (PLN 8/2018). De acordo com o governo, o crédito permitirá, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação, sob supervisão do Ministério da Fazenda, o pagamento da cobertura das garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação.

O crédito será viabilizado mediante a anulação de outras dotações orçamentárias, como recursos próprios e verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na rubrica seguro-desemprego.

## Senadores reúnem-se com líder norte-coreano

Os senadores Fernando Collor (PTC-AL) e Pedro Chaves (PRB-MS) se reuniram na sexta-feira com o vice-presidente da Assembleia Popular Suprema da Coreia do Norte An Tong Chun, que responde pela Presidência do país por conta da viagem do presidente Kim Jong-un à Cúpula dos

Líderes, ao lado do presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in.

Eles discutiram a aproximação entre Brasil e Coreia do Norte, por meio de intercâmbio entre o parlamento coreano e a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado. O Brasil instalou sua embaixada no país em 2001 e a

embaixada coreana em Brasília foi inaugurada em 2005.

“O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui embaixada na Coreia do Norte. A visita ao país neste momento tão importante, com a Cúpula das Coreias, é essencial para estreitarmos as relações comerciais”, disse Pedro Chaves.

## e-Cidadania: extinguir ou manter cursos públicos de humanas?

Duas propostas antagônicas estão movimentando o Portal e-Cidadania e já têm mais de 60 mil manifestações. A primeira delas quer extinguir os cursos de humanas em universidades públicas, enquanto a segunda determina a manutenção deles.

O debate foi provocado pelo paulista Thiago Turetti, que propôs extinguir os cursos. Para ele, não é adequado usar dinheiro público em cursos como geografia e artes, que podem ser realizados em qualquer instituição privada.

“Como contribuinte, eu quero que meu dinheiro seja investido para a formação de cientistas, engenheiros e médicos. Hoje os cursos de humanas não cumprem com o seu currículo, simplesmente transformam os estudantes em militantes de esquerda”, argumenta Turetti.

## Divergência

Já a paraense Acса Silva propôs o oposto. Com mais de 50 mil apoiadores, sua

sugestão deve tramitar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

“A extinção dos cursos de humanas de universidades públicas estará obrigatoriamente direcionando o cidadão a pagar por esses cursos. O país precisa de mais acesso igualitário à educação em todos os níveis de ensino”, diz Acса Silva.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o e-Cidadania cumpre um papel fundamental.

— Consulta feita, 7 mil pessoas responderam que são a favor de retirar os cursos de humanas das universidades. Já a proposta para manter cursos humanitários recebeu 50 mil apoios. Esse número é uma referência para nós, parlamentares.

Segundo Lúcia Vânia (PSB-GO), os cursos de humanas são fundamentais para a formação das pessoas. Para ela, em um contexto geral, eles contribuem para a sociedade e para a formação do pensamento crítico.



Cursos públicos de humanas, como os da UNB, estão no centro do debate

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CAS Exames em alunos

9h Entre os 11 itens da pauta, o PLC 104/2015, que obriga exames de vista e audição no ensino fundamental.

### CTEC Combate ao fumo

11h O PLS 769/2015, que aumenta o combate ao fumo, é um dos 5 itens da pauta.

### PLENÁRIO Região integrada

16h Projeto que inclui 13 municípios na Região Integrada do DF está na pauta.

### CONGRESSO Controle externo

17h Análise dos PLNs 8, 6 e 7 de 2018 e do PRN 3/2017, que cria a Jornada Nacional de Controle Externo.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Plenário analisa inclusão de cidades no Entorno do DF

Senadores devem votar uma proposta que acrescenta 11 municípios goianos e 2 mineiros à região integrada. Também está na pauta projeto sobre divulgação na internet do aumento de tarifas de serviços

A INCLUSÃO DE 13 novos municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride-DF) está na pauta do Plenário desta semana.

Pelo texto do PLC 102/2015 — Complementar, passam a fazer parte dessa região 11 municípios goianos: Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São Gabriel, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício, e os municípios mineiros de Arinos e Cabeceira Grande.

Criada pela Lei Complementar 94, de 1998, a Ride-DF hoje é composta por 22 municípios. O projeto amplia a área de abrangência da região, conhecida como Entorno, com base no argumento de que existe um conjunto de municípios limítrofes a essa região que apresentam uma forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Para o relator da matéria, Hélio José (Pros-DF), a ampliação da Ride permitirá desenvolver ações governamentais e viabilizar soluções para os diversos problemas que necessitam da atuação conjunta, buscando promover uma redução das diferenças socioeconômicas em toda a região atendida.

Na sessão de 24 de abril, os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediram a inclusão da proposta na ordem do dia.

Segundo Caiado, a população de Goiás que mora no Entorno e trabalha no Distrito



Divisa entre Goiás e DF: região integrada pode ganhar mais 13 municípios

Federal sofre com a falta de atenção e de recursos.

— Milhares de pessoas que hoje ocupam toda essa região são totalmente desassistidas por Brasília, que tem a fundo perdido mais de R\$ 12 bilhões para tratar de saúde, educação e segurança pública. Isso é negado ao cidadão que mora em Goiás, mas que presta serviço no DF — disse.

## Tarifas

Também deve ser apreciado o PLC 166/2017, que obriga concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica a divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. O projeto foi relatado por Cidinho Santos (PR-MT).

— A proposição legislativa permitirá ao consumidor descobrir com mais facilidade o valor da tarifa cobrada pela prestadora do serviço público, de modo a comparar o preço cobrado por fornecedores que

ofertam os mesmos serviços — destacou o relator.

Cidinho também disse que a divulgação on-line das informações não provocará aumento significativo de custos.

## Acordos

Os outros itens da pauta tratam de acordos internacionais, como o assinado com a China para assistência mútua administrativa em questão aduaneira (PDS 18/2018). O texto determina, entre outros pontos, que as autoridades aduaneiras de ambos os países deverão manter especial vigilância e compartilhar informações relativas ao tráfico de drogas e a pessoas, mercadorias, locais e meios de transporte sob suspeita ou já sabidamente reconhecidos na prática de infrações aduaneiras. O relatório pela aprovação é de Ana Amélia (PP-RS).

Também deve ser votado o texto do acordo entre o Brasil e a Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária (PDS 179/2017).

# Projeto regula contratos com organizações sociais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar hoje um projeto que estabelece novas regras para celebração, controle e rescisão de contratos de gestão do poder público com organizações sociais. A proposta do senador José Serra (PSDB-SP) será votada na forma de texto substitutivo do relator, o senador Wilder Moraes (DEM-GO). Como a análise tem decisão final na CCJ, o PLS 427/2017, se aprovado, poderá ser enviado à Câmara dos Deputados.

Segundo Wilder, o objetivo do projeto é reformar a Lei 9.637, de 1998, que regula a qualificação de entidades como organizações sociais. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) já ter declarado a constitucionalidade da norma, Serra diz ser necessário

promover ajustes, para fazer com que essas organizações e os contratos de gestão a elas vinculados sejam norteados pela transparência, idoneidade e impessoalidade.

As mudanças sugeridas na lei estão baseadas em entendimentos recentes do STF e do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre as principais alterações defendidas por Serra, estão teto de remuneração para dirigentes, convocação pública para celebração de contratos de gestão e pena de inidoneidade de dez anos para organização desqualificada na condução desses contratos.

## Substitutivo

O relator apontou “grandes avanços” na proposta, como o teto remuneratório e a punição das entidades envolvidas em

atos ilícitos. Ele decidiu, no entanto, apresentar substitutivo ao projeto, dizendo ter ouvido sugestões de aprimoramento.

O substitutivo, ressaltou, fez modificações pontuais. Uma delas é a determinação de que apenas organizações sociais da área de saúde passariam por avaliação externa, para comprovação de boas práticas de gestão. O texto de Serra estabelecia a obrigatoriedade para todas as organizações.

De acordo com Wilder, a diferenciação do regime aplicável à área de saúde se justificaria por exigir controle especial, tendo em vista os riscos da atividade.

O substitutivo também faz menção expressa ao controle externo pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público.

# Comissão vota hoje proposta que amplia combate ao fumo

As medidas de combate ao tabagismo poderão ser ampliadas com a proibição total da publicidade que promova um produto fumígeno e da importação ou comercialização de cigarros ou fumo que contenham aroma ou sabor. Esse é o teor de projeto (PLS 769/2015) que está na pauta de hoje da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A proposta de José Serra (PSDB-SP) altera a Lei 9.294, de 1996, para estabelecer a proibição de qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda. Fica proibida ainda a venda dos produtos por meio de máquinas automáticas.

O texto também estabelece a obrigatoriedade de que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo.

A proibição de importar ou comercializar substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar ou modificar sabor ou aroma de fumígenos também está prevista. Outra inovação do texto é a punição, com multa e pontos na carteira, do motorista que fumar ou permitir o fumo em veículo transportando menores de 18 anos. A infração será considerada gravíssima.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomenda

a aprovação do texto. Ele considera que o Brasil já “avançou significativamente” em relação às medidas de combate ao tabagismo. No entanto, diz o relator, é preciso dar continuidade a essas políticas, de modo a reduzir ainda mais o uso de produtos fumígenos.

Na justificativa do projeto, Serra afirma que o Brasil tinha, em 1989, cerca de 35% de fumantes na população adulta. Em 2013, esse percentual foi reduzido para 14,7%.

Após análise da CTFC, a proposta vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Balança

Outro projeto na pauta é o que obriga os estabelecimentos que vendem produtos lacrados a disponibilizar balança para pesagem de mercadorias, para que os consumidores confirmem o peso indicado nas embalagens. O PLS 21/2017 é de Rose de Freitas (PMDB-ES).


O relator, Gladson Cameli (PP-AC), apresentou substitutivo para que a medida seja obrigatória apenas em empresas de médio (mercados e supermercados) e grande porte (hipermercados e atacadistas). Pelo texto, o descumprimento sujeitará as empresas a sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão de multa, apreensão e inutilização do produto até cassação de licença do estabelecimento.



Serra é autor do projeto em pauta na Comissão de Transparência

**HÁ 30 ANOS**

**Justiça social orientará nova ordem econômica, define Constituinte**



A Constituinte definiu que a ordem econômica será assentada na valorização do trabalho e na livre iniciativa e orientada a partir da justiça social. Por isso, a busca do pleno emprego foi estabelecida como um de seus objetivos, explicou o *Jornal da Constituinte* de 2 de maio de 1988. A votação definiu que o subsolo, com seus recursos, jazidas minerais e potenciais hidráulicos, só poderia ser explorado por brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte45>



# Proposta obriga inscrição de estagiário no INSS

Projeto que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais torna obrigatória a anotação do estágio na Carteira de Trabalho para contagem de tempo de contribuição

OS ESTAGIÁRIOS DEVERÃO ser obrigatoriamente inscritos no sistema de Previdência Social, como parte do regime especial de contribuições e benefícios. É o que determina projeto que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relatório de José Pimentel (PT-CE) é pela aprovação do PLS 93/2017.

A proposta torna obrigatória também a anotação do estágio na Carteira de Trabalho.

Segundo Pimentel, “é um grande avanço do sistema previdenciário e um enorme benefício aos próprios estagiários”.

O relator avalia que o ingresso precoce no sistema previdenciário é reconhecidamente

vantajoso para os jovens, pois permitirá a contagem do tempo de contribuição o mais cedo possível.

A autora do projeto, Rose de Freitas (PMDB-ES), alega que tornou-se comum o uso de estagiários por parte de empresas em todo o país como mão de obra barata, atuando nas mesmas condições de profissionais já formados, porém sem acesso aos mesmos direitos.

## Justiça social

Ela acrescenta ainda que todas as propostas de reforma da Previdência discutidas nos últimos anos aumentam o tempo mínimo de contribuição para a obtenção de aposentadorias

e que, portanto, incluir os estagiários tornou-se “uma questão de justiça social”. Por fim, a senadora disse crer que uma parte dos estagiários desconheça ser possível hoje uma inscrição facultativa no sistema.

No que se refere à inscrição de todos os tempos de estágio na Carteira de Trabalho, ela acredita que terá um impacto positivo na comprovação de experiência para o mercado.

O texto determina ainda uma inscrição menos onerosa de estagiários e seus contratantes, como forma de incentivo à formalização desse tipo de contrato.

O estagiário contribuirá na base de 5% da contraprestação



Reprodução/Blog estagiarios.com

Texto determina inscrição menos onerosa aos estagiários e contratantes

que receba, aos quais serão acrescentados outros 5% de contribuição por parte do contratante. Como contrapartida,

o estagiário terá direito a um rol mais restrito de benefícios: apenas os auxílios-doença e acidente.

## Prioridade de recursos para obra de saneamento inacabada pode ser votada hoje

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) analisa hoje projeto de Rose de Freitas (PMDB-ES) para reduzir o número de obras de saneamento básico inacabadas.

A reunião da comissão está marcada para as 11h.

O objetivo do PLS 326/2017 é distribuir recursos preferencialmente a obras em andamento cuja execução já tiver ultrapassado 70% do orçamento.

De acordo com a autora, o projeto deverá coibir o desperdício e contribuir para beneficiar o maior número de

pessoas em todo o país.

Em relatório favorável ao texto, Simone Tebet (PMDB-MS) observa que o contingenciamento de recursos, feito por cortes lineares, causa muitas vezes a perda de verbas já investidas, devido à deterioração das obras inacabadas.

Após a análise pela CTFC, o projeto vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

## Senhas

Outra proposta na pauta da comissão é o PLS 545/2013, que proíbe a retenção de senhas de atendimento ou documentos que comprovem o horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor.

O texto de Vicentinho Alves (PR-TO) também obriga que esse documento registre o

horário da chegada do cliente.

Segundo o senador, a prática de retenção subtrai do consumidor a prova documental do momento de chegada e, por via de consequência, do eventual atraso do atendimento.

O relator, Wilder Moraes (DEM-GO), é favorável ao texto. Ele afirma que, em diversos serviços — como os das lotéricas e bancos — os consumidores, em especial os mais humildes que não têm acesso à tecnologia, têm sido submetidos a filas demoradas e a outras humilhações.

A comissão deve analisar também o PLS 90/2012, que altera a forma de contagem do prazo de garantia para produtos e serviços.

Atualmente o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990) estabelece prazo de 30 dias, contado a

partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço, para o comprador reclamar por problemas aparentes em serviços e produtos não duráveis e 90 dias para os duráveis — a chamada garantia legal.

O projeto compatibiliza esse prazo com o da garantia contratual, quando o cliente optar pela cobertura complementar. Como o código é omissivo quanto a essa contagem, a proposta supre a lacuna ao determinar que o prazo de garantia legal seja contado a partir do término da garantia contratual — se tiver sido adquirida pelo cliente.

O projeto, do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), teve parecer favorável do relator, senador Dário Berger (PMDB-SC), e será votado em decisão terminativa na CTFC.



Prefeitura de Goiânia

Proposta quer evitar a deterioração de obras de saneamento paradas

## Senado avalia MP do fundo de compensação ambiental

Foi lida em Plenário na segunda-feira a medida provisória que autoriza a criação de um fundo destinado ao financiamento de unidades de conservação ambiental. A MP 809/2017 deve entrar na ordem do dia de hoje, pois tramita em regime de urgência. A medida, aprovada na Câmara dos Deputados no dia 26, perde a validade em 13 de maio.

A MP autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMbio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. O fundo vai financiar as unidades federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental.

A compensação é paga pelos responsáveis por empreendimentos com significativo impacto ambiental, como a construção de hidrelétricas.

Relator na comissão mista que avaliou a MP, o senador Jorge Viana (PT-AC) apresentou relatório favorável, na forma de um projeto de lei de conversão. Uma das mudanças acolhidas pelo relator é a permissão para que serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais sejam concedidos para a exploração de visitação.

Um destaque aprovado pela Câmara retirou do texto o limite de aplicação de um máximo de 60% dos recursos de compensação ambiental na regularização fundiária de unidades de conservação.

De acordo com o governo, a

MP pretende resolver entraves jurídicos apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que entende não haver previsão legal para a execução indireta (pagamento em dinheiro) da compensação ambiental. Segundo o ICMbio, o fundo permitirá o uso de cerca de R\$ 1,2 bilhão atualmente represados.

A medida também autoriza os órgãos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) nos estados e municípios a contratarem banco oficial para gerenciar um fundo similar ao federal.

A MP também autoriza o ICMbio e o Ibama a contratarem pessoal por prazo de dois anos, prorrogável por um ano. Antes da MP, o prazo máximo era de seis meses.

Com Agência Câmara

## Ana Amélia aponta aumento de crimes nas cidades do interior

Ana Amélia (PP-RS) relatou na segunda-feira sua participação em uma audiência pública na cidade de Santa Rosa (RS) que debateu medidas para reduzir a criminalidade na zona rural. De acordo com a senadora, o crime organizado está migrando para pequenas cidades devido ao menor policiamento. Segundo ela, assaltos a bancos, latrocínios e roubo têm ocorrido com maior frequência. Ana Amélia relatou que criminosos bem armados têm assaltado agricultores logo após a compra de insumos.

Outro crime recorrente é o roubo de gado.



Roque de Sá/Agência Senado

## Valdir Raupp destaca reivindicações do sistema de cooperativas

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou na segunda-feira o lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo, com as reivindicações do setor, a ser enviada aos três Poderes.

Segundo Raupp, o documento é da Organização Nacional das Cooperativas, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e da Confederação Nacional do Cooperativismo, que formam o sistema OCB, com atuação importante para Rondônia.

— E são justamente esses pequenos produtores que garantem a segurança alimentar do país.



Roque de Sá/Agência Senado